

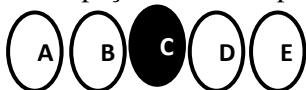
CARGO
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

TIPO
2

ATENÇÃO! INSTRUÇÕES PARA A PROVA

CONCURSO PÚBLICO

1. **Você receberá do fiscal:** um **CADERNO DE QUESTÕES** e um **CARTÃO DE RESPOSTAS** personalizado.
2. Confira, abaixo, seu nome, inscrição, cargo que você se escreveu, **TIPO DE PROVA** com número igual ao **CADERNO DE QUESTÕES** e **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
3. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o Fiscal.
4. Este Caderno de Provas contém **60(sessenta)** questões numeradas sequencialmente de **1 a 60**.
5. Leia atentamente as questões e assinale, no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, a alternativa que responde adequadamente cada uma delas.
6. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo uma hora, após o início das provas.
7. Após concluir a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal o caderno de provas e o **CARTÃO DE RESPOSTAS** devidamente assinado.
8. **Observe as seguintes recomendações relativas ao CARTÃO DE RESPOSTAS:**
9. O **CARTÃO DE RESPOSTAS** não deve ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
10. A maneira correta de assinalar a alternativa no **CARTÃO DE RESPOSTAS** é cobrir fortemente, com caneta esferográfica **preta** ou **azul**, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



11. A leitora óptica **NÃO** registrará questões sem marcação, marcação pouco nítida ou com mais de uma alternativa assinalada.
12. **Você dispõe de 04(quatro) horas para fazer esta prova e marcar o CARTÃO DE RESPOSTAS.**
13. Nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida **01(uma)** hora do seu início.
14. Não será permitida a utilização de aparelho celular, qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
15. Os dois últimos candidatos da mesma sala só poderão ser liberados juntos.
16. A **Folha Resposta** abaixo não tem caráter legal, objetiva apenas a conferência do Gabarito do Candidato.

.....

FOLHA RESPOSTA PARA CONFERÊNCIA DO CANDIDATO

NOME:										CARGO:									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULO – EDITAL Nº 001/2020

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

A Convenção de Belém do Pará define violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Capítulo I, Artigo 1º).

A Lei Maria da Penha (11.340/2006)C - moral e patrimonial - que, somadas às violências física, sexual e psicológica, totalizam as cinco formas de violência doméstica e familiar.

Em 2015, a Lei 13.104 **altera** o Código Penal para **prever** o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o **inclui** no rol dos crimes hediondos. O feminicídio, então, passa a ser entendido como homicídio qualificado contra as mulheres “por razões da condição de sexo feminino”.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>

Texto 2



Fonte: <https://www.mood.com.br>

1. Analise as seguintes assertivas sobre os textos:

I. O texto 1 é um documento e pertence ao domínio discursivo jurídico.

- II. O texto 2 apresenta linguagem verbal e não verbal.
- III. O texto 1 é uma notícia veiculada em esfera nacional através de um portal.
- IV. Os dois textos dialogam entre si, por tratarem da temática violência contra a mulher.
- V. O texto 1 utiliza-se de documentos oficiais para definir o que caracteriza violência contra a mulher e feminicídio.

Estão CORRETAS:

- A. I, II e III
- B. I, III e IV
- C. II, III e V
- D. II, IV e V
- E. I, IV, V

2. “O feminicídio, **então**, passa a ser entendido como homicídio qualificado contra as mulheres “por razões da condição de sexo feminino”. Nesse fragmento, o termo destacado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido, pelos seguintes termos:

- A. pois e portanto.
- B. que e logo.
- C. mas e porém.
- D. porque e pois.
- E. entretanto e por isso.

3. Considerando os textos 1 e 2, analise cada afirmação abaixo como Verdadeira(V) ou Falsa(F):

- () A reação da personagem Mafalda, no primeiro quadrinho, esboça sua atitude de valorização de *ser* em detrimento de *ter*.
- () Na oração: “Se você sair na rua sem cultura”, a partícula **Se** indica circunstância de causa.
- () O sinal indicativo da crase em “à mulher” (texto 1) ocorre pelo fato de que a palavra mulher é antecedida pelo artigo **A**.
- () No último parágrafo do texto 1, os verbos **altera** e **prever** são transitivos diretos.
- () A forma verbal **inclui**(3ª pessoa do singular - presente do indicativo - verbo incluir) serve



A sequência CORRETA é

- A. F, F, V, V, F.
- B. F, V, V, F, F.
- C. V, F, F, V, V.
- D. V, F, V, V, V.
- E. V, V, F, F, V.

4. Em “É triste ter que bater em alguém **que** tem razão”! O termo destacado é um pronome relativo e exerce a função sintática de:

- A. Adjunto adnominal.
- B. Sujeito.
- C. Complemento nominal.
- D. Objeto direto.
- E. Objeto indireto.

5. Quando a personagem Mafalda diz: *E eu muita cultura*, o leitor recupera o sentido do enunciado, através da locução verbal “quero ter”, presente no primeiro balão. Nesse caso, foi empregada uma figura de linguagem caracterizada como:

- A. Metonímia.
- B. Hipérbato.
- C. Aliteração.
- D. Elipse.
- E. Ironia.

Texto 3

Leia o texto abaixo para responder às questões de 6 a 10.

Adaptado

A Universidade de São Paulo (USP) é, mais uma vez, a instituição de ensino superior que mais fomenta o desenvolvimento do empreendedorismo entre seus estudantes.

É o que diz o Ranking de Universidades Empreendedoras, estudo organizado pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Júnior). O objetivo do ranking, que está em sua terceira edição, é premiar as comunidades acadêmicas inseridas em ecossistemas favoráveis que mais ajudam a desenvolver a sociedade, por meio de práticas inovadoras.

Seis pilares compõem a pesquisa: capital financeiro, cultura empreendedora, extensão, infraestrutura, inovação e internacionalização. Desta vez, o ranking contou com 123 universidades das 27 unidades federativas e mais de 15 mil universitários. As

pesquisas foram realizadas entre março e agosto de 2019.

A USP foi a universidade mais empreendedora nas três edições da lista da Brasil Júnior. Neste ano, duas universidades ficaram empatadas na nona posição: a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Disponível em: <https://exame.abril.com.br>

6. A partir do texto exposto, é correto afirmar que as universidades mais empreendedoras do Brasil, segundo pesquisa realizada, são aquelas que:

- A. Receberam incentivo do Ministério da Educação nas políticas públicas para o ensino superior.
- B. Estão no sudeste brasileiro e têm maior abertura à internacionalização.
- C. Preencheram critérios utilizados pela pesquisa da Confederação Brasileira de Empresas Juniores.
- D. Têm estudantes com perfil para o empreendedorismo.
- E. Participaram da primeira pesquisa realizada pela Confederação Brasileira das Empresas Juniores.

7. “A Universidade de São Paulo (USP) é, mais uma vez, a instituição de ensino superior que mais fomenta o desenvolvimento do empreendedorismo entre seus estudantes”.

Esse trecho está reelaborado com o mesmo sentido na seguinte situação:

- A. O desenvolvimento do empreendedorismo dos estudantes da USP pouco contribui para o crescimento da instituição.
- B. Mais uma vez, a USP é a melhor do país em desenvolvimento científico e no quesito empreender.
- C. A Universidade de São Paulo é a melhor instituição do país, quando se trata de empreendedorismo.
- D. A Universidade de São Paulo (USP) lidera o ranking das instituições brasileiras de nível superior que mais incentivam seus estudantes às práticas de empreendedorismo.
- E. A instituição de ensino brasileira que mais incentiva os estudantes é a USP.

8. Do ponto de vista da tipologia textual, é correto afirmar que o texto 3 é predominantemente:



- A. Argumentativas.
- B. Injuntivas.
- C. Descritivas.
- D. Narrativas.
- E. Expositivas.

9. A expressão *instituição de ensino superior* no primeiro parágrafo é usada no texto para evitar repetição. Dessa forma, pode-se inferir que houve um processo de substituição lexical, realizado através de:

- A. Sinonímia.
- B. Paronímia.
- C. Hiperonímia.
- D. Hiponímia.
- E. Antonímia.

10. No trecho: “Seis pilares compõem a pesquisa: capital financeiro, cultura empreendedora, extensão, infraestrutura, inovação e internacionalização”. O emprego da vírgula dá-se para separar:

- A. Adjuntos adverbiais.
- B. Aposto enumerativo.
- C. Oração subordinada adjetiva explicativa.
- D. Orações coordenadas assindéticas.
- E. Termos de diferentes funções sintáticas.

CONHECIMENTOS GERAIS

11. O município de Cabedelo está localizado na microrregião de João Pessoa e na mesorregião da Zona da Mata Paraibana, estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. Sua área é de 31,915 km² (Disponível em: IBGE, 2016).

A respeito do município de Cabedelo, analise o texto abaixo e complete a lacuna:

“O processo de ocupação do município de Cabedelo iniciou-se desde a colonização brasileira, alterando as formas de relevo, e até mesmo, as unidades geológicas mais superficiais. Segundo IBGE (2016), Cabedelo é o segundo núcleo de colonização do estado da Paraíba. Seu nome significa “_____”. Em 1585, Martim Leitão deu início à colonização do local, que posteriormente originaria o povoado de Cabedelo”.

Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/got/n13/n13a04.pdf>

A alternativa INCORRETA é:

- A. Pequeno cabo.
- B. Monte de rochas em área terrestre plana.
- C. Montículo de areia, próximo à foz dos rios.
- D. Cabeço, elevação de terreno submerso de areia.
- E. Banco de areia.

12. Rios transbordando, ruas inundadas, carros boiando. O ano de 2020 começou com chuvas fortes que atingiram diversas cidades brasileiras. Em zonas urbanas, as chuvas elevam o nível dos rios e causam transbordamentos, enchentes e deslizamentos de terra, colocando em risco vidas humanas e gerando prejuízos econômicos. No dia 24 de janeiro, em Belo Horizonte (MG), o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) registrou a maior chuva da história de Belo Horizonte (MG) - um recorde de 171 mm em 24 horas.

Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/chuvas-e-ilhas-de-calor-entenda-as-causas-das-enchentes-e-deslizamentos-nas-cidades---carolina-cunha.htm>

Sobre as mudanças climáticas no Brasil, julgue os itens como (V) para VERDADEIRO ou (F) para FALSO:

- () O Brasil apresenta variados tipos de climas. As regiões que mais chove no verão são: a Sudeste, Centro-Oeste e no norte da Região Sul. No Nordeste, as chuvas desse tipo são mais frequentes em fevereiro e março. Na Região Norte, costuma chover o ano todo. Na maior parte do Sul, os temporais são mais frequentes no inverno.
- () A urbanização não planejada ou mal planejada potencializa as enchentes. Nas áreas urbanas, existem diversos rios, nascentes, riachos e córregos. A falta de vegetação e áreas de terra, nas margens dos rios, prejudica o escoamento e a absorção de água pelo solo.
- () Segundo o IBGE, mais de 8 milhões de pessoas vivem em áreas com risco potencial de enchentes e deslizamentos de terra. Salvador (BA), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG) são as cidades com maior risco.
- () As chuvas extremas sempre existiram, mas elas devem ter uma maior frequência neste século. Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC), autoridade científica das Nações Unidas, as mudanças



climáticas vão provocar o aumento de eventos climáticos extremos como tornados e chuvas com granizo, rajada de vento e chuva com precipitação superior a 400 mm/h nos próximos 100 anos.

A sequência CORRETA é:

- A. V, V, F, F
- B. V, V, F, V
- C. V, V, V, V
- D. V, F, V, F
- E. F, F, F, V

13. “Não escrevo para fora, escrevo para dentro”. Assim a escritora (1920-1977) explicava sua literatura. Considerada uma das maiores escritoras do Brasil, ela foi romancista, contista, cronista, tradutora e jornalista. _____ pertence à terceira fase do movimento modernista e imprimiu em suas obras uma literatura intimista, de sondagem psicológica e introspectiva, com mergulhos no pensamento e na condição humana. Em 2020, comemora-se o centenário do seu nascimento. A escritora nasceu no dia 10 de dezembro de 1920, em Tchetchelnik, uma aldeia da Ucrânia, então pertencente à Rússia.

Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/>

Complete a lacuna do texto e assinale a alternativa CORRETA:

- A. Cecília Meireles.
- B. Clarice Lispector.
- C. Adélia Prado.
- D. Ana Maria Machado.
- E. Cora Coralina.

14. O estado da Paraíba está situado no extremo leste da região Nordeste do Brasil. Tem 98% de seu território inserido no Polígono da Seca e faz limite a Leste, com:

- A. Rio Grande do Norte.
- B. Pernambuco.
- C. Oceano Atlântico.
- D. Ceará.
- E. Alagoas.

15. Sobre a Região Nordeste que é dividida em quatro sub-regiões: zona da mata, agreste, sertão e meio norte, analise os itens a seguir:

- I. A zona da mata é a região mais desenvolvida e industrializada do Nordeste, tal região está localizada nas áreas litorâneas da região, na qual se encontram os principais centros urbanos.
- II. No agreste as atividades econômicas, estão vinculadas à produção primária, mais precisamente na agricultura e pecuária.
- III. No sertão, a principal atividade econômica é a agropecuária, na maioria das propriedades, é realizada a criação de gado e de caprinos.
- IV. O agreste tem característica propícia à policultura, como mandioca, batata, banana entre outros, além disso, há criação de animais, como bovinos e caprinos.
- V. O meio norte é uma sub-região de transição entre o Nordeste e o Norte, onde se encontra uma parte do Piauí e Maranhão, as características econômicas estão ligadas às atividades rural, extrativista e pastoril.

Estão CORRETOS os itens:

- A. I, II, III e V.
- B. I, II, III e IV.
- C. II, III e IV.
- D. I, II, III, IV e V.
- E. III, IV e V.

INFORMÁTICA

16. Sobre os protocolos HTTP e HTTPS é incorreto afirmar:

- A. HTTPs utilizam certificados TSL para estabelecer uma comunicação segura.
- B. HTTPs impedem que ações mal intencionadas de phishing tenha sucesso.
- C. HTTPs não permitem que sniffers consigam obter informação inteligível.
- D. HTTP utiliza um algoritmo de criptografia menos seguro do que o algoritmo utilizado no HTTPS.
- E. HTTP é abreviação de *HyperText, Transfer Protocol*.

17. O programa Excel, do pacote Office 2010, permite computar funções estatísticas a partir decélulas da planilha. Considerando a planilha com dados de consumo de energia elétrica mensal, exibida abaixo, as funções “=MÉDIA (B2:B13)”, “=MODA (B2:B13)”, e “=MEDIANA(B2:B13)”, resultam, respectivamente, nos seguintes valores:



	A	B
1	MÊS	CONSUMO ENERGIA KWH
2	JANEIRO	455
3	FEVEREIRO	600
4	MARÇO	530
5	ABRIL	455
6	MAIO	780
7	JUNHO	530
8	JULHO	530
9	AGOSTO	300
10	SETEMBRO	540
11	OUTUBRO	450
12	NOVEMBRO	780
13	DEZEMBRO	1200

Assinale a alternativa CORRETA:

- A. 595.8, 530, 530
- B. 600, 530, 540
- C. 595.8, 540, 530
- D. 600, 540, 530
- E. 595, 455, 530

18. Sobre os atalhos do Windows 10, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. Winkey + X abre o navegador padrão de Internet.
- B. Winkey + D abre a área de trabalho.
- C. Winkey + E abre o Windows Explorer.
- D. Winkey + L bloqueia a máquina.
- E. Winkey + R abre aplicação que permite executar comandos.

19. Sobre os *cookies*, utilizado por sites e navegadores, assinale a alternativa CORRETA.

- A. Os cookies contêm apenas três campos: *application*, *content*, *expiration*.
- B. Cookies são arquivos texto que armazenam informações sobre o contexto de navegação de um determinado usuário.
- C. Cookies são programas executáveis.
- D. Não é possível configurar um tempo de expiração para cookies.
- E. O cookie é um certificado digital que comprova a idoneidade de um site.

20. O desfragmentador de disco é uma ferramenta presente no Windows 7 e Windows 10 que permite

analisar o status e desfragmentar unidades de disco rígido, tornando o computador mais rápido e eficiente.

Sobre a fragmentação de disco, analise as seguintes afirmações:

- I. Em um disco fragmentado é comum que os arquivos sejam salvos em vários pedaços e locais do disco rígido.
- II. O sistema operacional leva mais tempo para ler um arquivo fragmentado, pois são necessárias várias leituras para localizar as partes do arquivo.
- III. O processo de localizar e consolidar arquivos fragmentados é chamado de desfragmentação.
- IV. No Windows, remoção e alteração de arquivos tendem a gerar fragmentação.
- V. O processo de desfragmentação é recomendado para HDDs (Hard Disk Drive).

Estão CORRETAS:

- A. I e II
- B. II e III
- C. I, II e III
- D. I, II, III e IV
- E. I, II, III, IV e V

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Considerando os poderes da Administração analise o texto abaixo:

“Esse poder permite uma margem de liberdade ao administrador que exercerá um juízo de valor de acordo com critérios de conveniência e oportunidade. Nesse poder a Administração terá que obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida”.

Trata-se do Poder:

- A. Vinculado.
- B. Discricionário.
- C. Hierárquico.
- D. Disciplinar.
- E. De Polícia.

22. Na tarefa da promoção da responsabilização mediante processo administrativo disciplinar deve



atentar-se não somente aos princípios básicos da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal. O processo administrativo disciplinar deve observância aos demais princípios acautelados na Carta Magna. Sobre aos princípios setoriais expressos na Carta Magna somam-se os de caráter mais amplo, ligados aos direitos individuais e aos processuais, analise o conceito abaixo.

“O princípio surge como mais um instrumento de garantia da Administração e dos administrados quanto ao atendimento do interesse público, revestindo-se, de certo modo, em uma forma de publicidade da vontade da Administração estampada nos seus atos. Portanto, a razão e os fundamentos de qualquer decisão administrativa que implique restrições a direitos dos cidadãos devem obrigatoriamente ser explicitados”.

O conceito refere-se a(ao):

- A. Princípio do Devido Processo Legal.
- B. Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório.
- C. Princípio do Informalismo Moderado.
- D. Princípio da Presunção de Inocência ou de não culpabilidade.
- E. Princípio da Motivação.

23. De acordo com o art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

- I. A de dois cargos de professor.
- II. A de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- III. A de dois cargos privativos de médico.
- IV. A de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Estão CORRETAS:

- A. I, II, III.
- B. I, III, IV.
- C. I, II, IV.
- D. III, IV, V.
- E. I, II, III, IV.

24. De acordo com o art. 37, inciso XXII, § 4º da Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa importarão a:

- A. Suspensão dos direitos políticos.
- B. A perda da função pública.
- C. A indisponibilidade dos bens.
- D. Perda do direito à liberdade.
- E. O ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

25. Com base no art. 38, da Constituição Federal, que trata do servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, analise os itens:

- I. Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- II. Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- III. Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso II.
- IV. Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- V. Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- VI. Na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

Estão CORRETAS:

- A. I, II, III, IV, VI.
- B. II, III, IV, V, VI.
- C. I, II, IV, V, VI.
- D. I, II, III, V, VI.
- E. I, II, III, IV, V, VI.

26. Segundo o Decreto nº 52.025/63, art. 2º, consideram-se formas de abuso do poder econômico:



- I. Dominar os mercados nacionais ou eliminar, total ou parcialmente a concorrência.
- II. Elevar os preços sem justa causa, nos casos de monopólio natural ou de fato, com objetivo de aumentar arbitrariamente os lucros sem aumentar a produção.
- III. Provocar condições monopolísticas ou exercer especulação abusiva, com o fim de promover a elevação temporária de preços.
- IV. Formar grupo econômico, por agregação de empresas em detrimento da livre deliberação dos compradores ou dos vendedores.
- V. Exercer concorrência desleal.

Estão CORRETAS:

- A. I, II, V.
- B. II, III, IV, V.
- C. I, II, IV, V.
- D. I, II, III, V.
- E. I, II, III, IV, V.

27. Sobre Tombamento, analise os itens abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- A. O Tombamento consiste em uma forte intervenção do Estado em bens imóveis de valor histórico, científico, tecnológico, artístico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população.
- B. É uma forma de registro de um bem imóvel, ou móvel, para proteção do mesmo com um fim cultural.
- C. Para legislar sobre o tombamento, a competência é da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com a disposição do artigo 24 da Constituição Federal.
- D. Em relação à competência para a execução do tombamento, estão autorizados a União, Estados e Municípios.
- E. No âmbito federal, o órgão competente para executar o tombamento é o Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

28. São baseadas no Direito de Vizinhança, e reguladas pelo Direito Administrativo; tem a função de proteger a sociedade, podem alcançar propriedades indeterminadas e atingir tanto bens imóveis, quanto bens móveis.

O conceito acima refere-se à:

- A. Servidão.
- B. Limitações Administrativas.
- C. Ocupações Temporárias.
- D. Desapropriação.
- E. Tombamento.

29. Segundo a Lei nº 7.347/85, em seu art. 5º, têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

Assinale a alternativa INCORRETA:

- A. O Ministério Público.
- B. A Defensoria Pública.
- C. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- D. A autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.
- E. A associação que esteja constituída há pelo menos 06 (seis) meses nos termos da lei civil.

30. Constituição é um conjunto de normas de Direito público, que visam disciplinar e orientar a organização do Estado. Quanto ao conteúdo, as Constituições podem ser:

Assinale a alternativa CORRETA:

- A. Materiais e Formais.
- B. Reduzida e legais.
- C. Escritas e não escritas.
- D. Reduzida e variada.
- E. Codificada e legal.

31. A respeito das Constituições brasileiras, analise os itens abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- A. Constituição de 1824 (Brasil Império) - Dentre as principais medidas dessa Constituição, destaca-se o fortalecimento do poder pessoal do imperador, com a criação do Poder Moderador, que estava acima dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- B. Constituição de 1891 (Brasil República) – Suas principais características eram: República Federativa; Estado laico; A liberdade de pensamentos, sem censura, a não ser em espetáculos e diversões públicas; A inviolabilidade do sigilo da correspondência; A liberdade de consciência, de crença e de exercício de cultos religiosos; A inviolabilidade da casa



como asilo do indivíduo; A prisão só em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente e a garantia ampla de defesa do acusado; Extinção da pena de morte; Três Poderes – Executivo Legislativo e Judiciário.

C. Constituição de 1934 (Segunda República) – Seu contexto político estava incluído na chamada Era Vargas. Segundo seu preâmbulo foi criada “para organizar um regime democrático que assegure à nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico”. Foi a que menos durou, apenas três anos.

D. Constituição de 1937 (Estado Novo) - Constituição ocorreu três anos depois, em 1937. Ainda inserida no contexto da Era Vargas. Seu mandato terminava em 1938 e para continuar no poder ele teve que dar um golpe de estado, o Estado Novo dizendo que ele era obrigado a fazer isso para proteger o povo brasileiro de ameaças comunistas. Assim torna-se um Ditador, e esse período é conhecido como Estado Novo.

E. Constituição de 1967 (Regime Militar) – Essa constituição surgiu na passagem do governo Castelo Branco para o Costa e Silva, período no qual predominavam o autoritarismo e o arbítrio político. Documento autoritário, a constituição de 1967 foi largamente emendada em 1969, absorvendo instrumentos ditatoriais, e ela estava inserida em uma nova ditadura, agora a militar, um passado negro na história brasileira.

32. A Constituição traz a marca e diretrizes sociais e adota as seguintes medidas: maior poder ao governo federal; voto obrigatório e secreto a partir dos 18 anos, com direito de voto às mulheres, mas mantendo proibição do voto aos mendigos e analfabetos; criação da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho; criação de leis trabalhistas, instituindo jornada de trabalho de oito horas diárias, repouso semanal e férias remuneradas; mandado de segurança e ação popular.

A Constituição a que se refere o texto acima, é:

- A. Constituição de 1824 (Brasil Império).
- B. Constituição de 1891 (Brasil República).
- C. Constituição de 1934 (Segunda República).
- D. Constituição de 1937 (Estado Novo).
- E. Constituição de 1967 (Regime Militar).

33. Com o art. 30 da Constituição Federal, analise os itens a respeito da Competência dos Municípios, entre outros:

- I. Legislar sobre a política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.
- II. Legislar sobre assuntos de interesse local.
- III. Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- IV. Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- V. Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

Estão CORRETAS:

- A. I, IV, V.
- B. II, III, IV, V.
- C. I, II, III, IV.
- D. III, IV, V.
- E. I, II, III, IV, V.

34. De acordo com a Constituição Federal de 1988, analise as afirmações a seguir:

- I. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.
- II. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- III. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- IV. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- V. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- VI. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas litúrgias.
- VII. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.



Trata-se (dos) ou (da):

- A. Dos princípios fundamentais.
- B. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.
- C. Da Organização do Estado.
- D. Da Organização dos Poderes.
- E. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

35. Considerando a Lei nº 12.016, de agosto de 2009, analise as afirmações sobre Mandado de Segurança e assinale a alternativa INCORRETA:

- A. Cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância.
- B. O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- C. Aplicam-se ao mandado de segurança os arts. 46 a 49 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.
- D. No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.
- E. No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.

36. Segundo o art. 12.016/2009, os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus. O prazo para a conclusão dos autos NÃO poderá exceder de:

- A. 3 (três) dias.
- B. 4 (quatro) dias.
- C. 5 (cinco) dias.
- D. 7 (sete) dias.
- E. 8 (oito) dias.

37. Sobre a Lei nº 4.717, de junho de 1965, que regula a Ação Popular, analise os itens sobre Competência:

- I. Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.
- II. Para fins de competência, equiparam-se atos da União, do Distrito Federal, do Estado ou dos Municípios os atos das pessoas criadas ou mantidas por essas pessoas jurídicas de direito público, bem como os atos das sociedades de que elas sejam acionistas e os das pessoas ou entidades por elas subvencionadas ou em relação às quais tenham interesse patrimonial.
- III. Quando o pleito interessar simultaneamente à União e a qualquer outra pessoa, ou entidade, será competente o juiz das causas da União, se houver; quando interessar simultaneamente ao Estado e ao Município, será competente o juiz das causas do Estado, se houver.
- IV. A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações, que forem posteriormente intentadas contra as mesmas partes e sob os mesmos fundamentos.
- V. Na defesa do patrimônio público caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A. II, III, IV, V.
- B. I, II, III, V.
- C. I, III, IV, V.
- D. I, II, III, IV.
- E. I, II, III, IV, V.

38. No Brasil qualquer administração está condicionada aos princípios do art. 37, da Constituição Federal. O controle da administração pública é regulamento por meio de diversos atos normativos, que estabelecem regras modalidades e instrumentos para a organização desse controle.

O Controle Interno é:

- A. Quando o órgão fiscalizador se situa em administração diversa daquela de onde a conduta administrativa se originou. Tem controle do judiciário sobre os atos do executivo em ações judiciais.
- B. Quando as contas do Município ficarão, durante 60 dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual



poderá questionar-lhes, a legitimidade, nos termos da lei.

- C. Quando é exercido antes de consumir-se a conduta administrativa, como ocorre, por exemplo, com aprovação prévia por parte do Senado Federal, do Presidente e dos diretores do Banco Central.
- D. Quando realizado pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, no âmbito da própria administração. Exercido de forma integrada entre os poderes e de responsabilidade solidária pelos responsáveis pelo controle interno, quando deixarem de dar ciência ao TCE de qualquer irregularidade ou ilegalidade.
- E. Quando acompanha a situação administrativa no momento em que ela se verifica. É o que ocorre, por exemplo, com a fiscalização de um contrato em andamento.

39. Os procedimentos da Auditoria Interna constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade. As informações que fundamentam os resultados da Auditoria Interna são denominadas de:

- A. Inspeção.
- B. Observação.
- C. Evidências.
- D. Investigação.
- E. Opacidade.

40. A NBC TA 265 – Comunicação de Deficiências de Controle Interno é aplicável a auditoria de demonstrações contábeis para períodos iniciados em ou após:

- A. 1º de janeiro de 2009.
- B. 1º de janeiro de 2010.
- C. 1º de janeiro de 2011.
- D. 1º de dezembro de 2012.
- E. 1º de janeiro de 2013.

41. Com base na Constituição Federal, analise os itens a respeito da Fiscalização do Município e assinale a alternativa INCORRETA:

- A. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle

externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

- B. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- C. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- D. As contas dos Municípios ficarão, durante trinta dias, anualmente, à disposição dos órgãos de controle, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- E. É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

42. Para os efeitos da Lei nº 12.527/2011 (Lei da Informação), entre outros, considera-se:

- I. Documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.
- II. Primariedade: aquela informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
- III. Informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- IV. Tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento.
- V. Autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- VI. Integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

Estão CORRETAS:

- A. I, II, III, V, VI.
- B. II, III, IV, V, VI.
- C. I, II, IV, V, VI.
- D. II, III, IV, VI.
- E. I, III, IV, V, VI.

43. Segundo o art. 11 da Lei Anticorrupção, Constitui ato de improbidade administrativa que



atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente, entre outros, EXCETO:

- A. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- B. Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- C. Negar publicidade aos atos oficiais.
- D. Frustrar a licitude de concurso público.
- E. Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

44. Podemos considerar o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) como instrumentos legais de planejamento orçamentário.

Acerca desses instrumentos, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. O PPA compreende um período de quatro anos, iniciando-se no segundo ano do mandato do chefe do Poder Executivo que o elaborou e terminando no final do primeiro ano do mandato do chefe do Poder Executivo seguinte.
- B. A LDO serve como elo entre PPA e LOA, estabelecendo parâmetros para alocação de recursos no orçamento anual considerando diretrizes, objetivos e metas do PPA.
- C. A LOA é o Orçamento Público propriamente dito, onde estão fixadas as receitas e estimadas as despesas públicas para determinado exercício financeiro.
- D. União, estados e municípios possuem os seus próprios PPA, LDO e LOA.
- E. A Lei Orçamentária Anual é de iniciativa vinculada do chefe do Poder Executivo, sendo nela vedada a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

45. São previsões contidas nos respectivos Princípios Orçamentários, EXCETO:

- A. Periodicidade: O orçamento tem vigência limitada a um ano, sendo necessário coincidir com o ano civil.

- B. Exclusividade: A Lei Orçamentária não poderá conter dispositivo estranho às despesas e receitas nela contidas.
- C. Unidade: Todas as receitas e todas as despesas devem estar contidas numa única Lei Orçamentária Anual.
- D. Não-afetação: As receitas de tributos não podem ser vinculadas a órgãos, fundos ou despesas, observadas as devidas exceções legais.
- E. Orçamento-Bruto: Todas as receitas e despesas constarão na Lei Orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

46. A Dívida Flutuante é considerada de curto prazo, sendo assim classificada no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial. A Dívida Flutuante compreende, EXCETO:

- A. Os Restos a Pagar.
- B. Os depósitos.
- C. Os débitos de tesouraria.
- D. Os serviços da dívida a pagar.
- E. A Dívida Fundada.

47. Os Créditos Adicionais são autorizações para despesas não previstas ou insuficientes na Lei Orçamentária Anual. Sobre os Créditos Adicionais, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. Os créditos especiais destinam-se ao reforço para dotações já existentes.
- B. Os créditos extraordinários são destinados a despesas imprevisíveis e urgentes.
- C. Os créditos suplementares podem ser abertos com recursos de operações de crédito.
- D. Os créditos especiais são autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- E. Pode ser aberto crédito extraordinário através de Medida Provisória.

48. Considere os dados constantes na tabela:

Despesa	Valor (R\$)
Fixada	10.000,00
Empenhada	8.000,00
Liquidada	5.000,00
Paga	3.000,00



Com base nos dados da tabela, o valor dos Restos a Pagar Processados e dos Restos a Pagar Não-Processados são, em R\$, respectivamente iguais a:

- A. 3.000,00 e 2.000,00
- B. 2.000,00 e 3.000,00
- C. 5.000,00 e 3.000,00
- D. 3.000,00 e 5.000,00
- E. 3.000,00 e 7.000,00

49. Segundo o Manual de Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) - as auditorias do setor público podem ser classificadas em um ou mais de três tipos principais: auditorias de demonstrações financeiras, auditorias de conformidade e auditorias operacionais. Os objetivos de cada auditoria irão determinar as normas que lhe são aplicáveis.

A Auditoria operacional compreende:

- A. Em determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.
- B. Em determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento. O objetivo é responder a questões-chave de auditoria e apresentar recomendações para aperfeiçoamento.
- C. Em determinar se um particular objeto está em conformidade com normas identificadas como critérios.
- D. Em realizar e avaliar se as atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- E. Em permitir evidências na auditoria o suficiente e apropriada para permitir o auditor expressar uma opinião quanto a estarem as informações financeiras livres de distorções relevantes devido a fraude ou erro.

50. O auditor deve avaliar os riscos de distorção relevante no nível das demonstrações financeiras e no nível de afirmações para classes de transações, saldos de contas e divulgações, para fornecer uma base para procedimentos adicionais de auditoria. Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

Os procedimentos de avaliação de risco podem incluir:

- I. Indagações à administração e aos funcionários da entidade auditada que, segundo julgamento do auditor, possam ter informações que poderiam ajudar na identificação de riscos de distorção relevante devido a fraude ou erro.
- II. Procedimentos analíticos.
- III. observação e inspeção.

Está(ão) CORRETA(S):

- A. I, III.
- B. I.
- C. I, II, III.
- D. I, II.
- E. II, III.

51. São princípios gerais de auditoria do setor público, EXCETO:

- A. Ética e independência.
- B. Julgamento, devido pelo zelo e ceticismos profissionais.
- C. Controle de Qualidade.
- D. Objetividade.
- E. Gerenciamento de equipes habilidades.

52. Sobre o princípio da materialidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. O conceito de materialidade é aplicado pelo auditor no planejamento e na execução da auditoria, bem como na avaliação do efeito de distorções identificadas na auditoria e de quaisquer distorções não corrigidas, incluindo omissões, nas demonstrações financeiras.
- B. Na materialidade o auditor executa procedimentos para reduzir ou administrar o risco de chegar conclusões inapropriadas, reconhecendo que as limitações inerentes a todas as auditorias significam que uma auditoria nunca pode fornecer absoluta certeza da condição objeto.
- C. A materialidade determinada no planejamento da auditoria não necessariamente estabelece um valor abaixo do qual as distorções não corrigidas, individualmente ou em conjunto, serão sempre avaliadas como não relevantes.
- D. O auditor seleciona o objeto e os critérios, levando em consideração risco e materialidade.



E. Determinar a materialidade é uma questão de julgamento profissional e depende da interpretação do auditor acerca das necessidades dos usuários.

53. Sobre as evidências na auditoria pública, análise os itens abaixo:

- I. Antes de extrair conclusões, o auditor reconsidera a avaliação inicial de risco e materialidade, à luz das evidências obtidas, e determina se procedimentos adicionais de auditoria precisam ser realizados.
- II. Na avaliação das evidências de auditoria e da relevância dos achados, o auditor deve levar em consideração somente os aspectos quantitativos.
- III. Evidências de auditoria relevantes podem ser obtidas por meio de uma combinação de indagações e de outros procedimentos de avaliação de risco, tais como a comprovação de respostas a indagações mediante observação ou inspeção de documentos.
- IV. A natureza da evidência de auditoria necessária para chegar a conclusões na auditoria operacional é determinada pelo objeto, pelo objetivo e pelas questões de auditoria.

Estão CORRETAS:

- A. III, IV.
- B. II, III, IV.
- C. I, III.
- D. I, II, III, IV.
- E. I, III, IV.

54. O entendimento do auditor sobre o controle interno relevante para as demonstrações financeiras pode incluir as seguintes áreas, entre outras:

- I. Os registros contábeis, informações suporte e contas específicas nas demonstrações financeiras utilizadas para iniciar, registrar, processar e reportar transações.
- II. Controles sobre os lançamentos no livro diário, incluindo lançamentos fora do padrão usados para registrar transações ou ajustes não usuais ou não recorrentes.
- III. Controles relacionados ao monitoramento de desempenho em relação ao orçamento.

IV. Controles relacionados à transferência de dotações orçamentárias para outras entidades auditadas.

V. Execução do orçamento.

VI. Prestação de contas da gestão.

Estão CORRETAS:

- A. I, III, IV, V, VI.
- B. II, III, IV, V, VI.
- C. I, II, III, V, VI.
- D. III, IV, V, VI.
- E. I, II, V, VI.

55. Como parte da avaliação de risco, o auditor determina se quaisquer dos riscos identificados são, no julgamento do auditor, significativos. Ao exercer esse julgamento, o auditor deve excluir os efeitos dos controles identificados relacionados ao risco. Ao exercer julgamento quanto a quais riscos são significativos, o auditor deve considerar, entre outras:

- I. Se o risco é um risco de fraude.
- II. Se o risco está relacionado a desenvolvimentos significativos recentes, econômicos, contábeis ou de outro tipo e, portanto, requer atenção específica.
- III. A complexidade das transações.
- IV. Se o risco envolve transações significativas com partes relacionadas.
- V. A Objetividade e síntese das informações relacionadas ao risco.

Estão CORRETAS:

- A. I, II, III, IV.
- B. II, III, IV, V.
- C. I, II, III, V.
- D. I, III, IV, V.
- E. I, II, III, IV, V.

56. O direito tributário é uma área do direito que se presta ao estudo jurídico da tributação. A tributação, por sua vez, circunda as noções de tributo, arrecadação e fiscalização. Na Constituição Federal, ao definir as “Limitações ao Poder de Tributar”, em seu art. 150 e seguintes, definiu uma série de princípios que norteiam o direito tributário, dentre eles:

- I. Legalidade (art. 150, I).



- II. Isonomia (art. 150, II).
- III. Irretroatividade tributária (art. 150, III, *a*).
- IV. Anterioridade de exercício (art. 150, III, *b*).
- V. Vedação ao confisco (art. 150, IV).

Estão CORRETAS:

- A. III, IV, V.
- B. I, II, V.
- C. I, II, III, IV.
- D. I, II, III, IV, V.
- E. II, III, IV, V.

57. De acordo com o art. art. 156, da Constituição Federal, compete aos Municípios instituir impostos sobre:

- I. Propriedade predial e territorial urbana.
- II. Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- III. Vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.
- IV. Serviços de qualquer natureza, não compreendidos para Estados e Distrito Federal, definidos em lei complementar. (Emenda Constitucional nº 3, de 1993).

Estão CORRETAS:

- A. I, III, IV.
- B. III, IV.
- C. I, II, IV.
- D. II, IV.
- E. I, II, III, IV.

58. Segundo o art. 96 da Lei nº 5.172/66, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. a expressão "legislação tributária" compreende, EXCETO:

- A. As leis e tratados.
- B. As convenções internacionais.
- C. Os decretos.
- D. As convenções Nacionais.
- E. As normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

59. Segundo a Lei nº 5.172/66, “a Moratória; o depósito do seu montante integral; o depósito do seu montante integral; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; a concessão de medida liminar em mandado de segurança; a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial e o parcelamento”, representa a:

- A. Suspensão do Crédito Tributário.
- B. Extinção de Crédito Tributário.
- C. Modalidades Específica de Lançamento.
- D. Responsabilidade Tributária.
- E. Constituição de Crédito Tributário.

60. Segundo a Lei nº 5.172/66, O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho. Na falência:

- I. O crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- II. A lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- III. A multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
- IV. A extinção ocorre pela conversão do depósito em renda

Estão CORRETAS:

- A. II, III, IV.
- B. I, II, IV.
- C. I, III, IV.
- D. I, II, III, IV.
- E. I, II, III.

RASCUNHO